

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****4ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007765-64.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Lucas Rafael Borges**
 Requerido: **Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ação de obrigação de fazer e indenizatória por danos morais proposta por **LUCAS RAFAEL BORGES** em face de **ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS**, alegando ter firmado acordo para pagamento de débito atrasado com a empresa ré, consistente no pagamento de parcela única no valor de R\$500,00. Porém, por problemas diversos e com autorização da requerida, afirma ter recebido um novo boleto no valor de R\$620,32, o qual foi regulamente pago, conforme documento de fls. 17. Ocorre que, desde o final de 2017, o autor vem recebendo mensagens de texto e ligações da empresa ré, para que efetue a quitação da dívida, conforme documentos de fls. 21/32, mensagens enviadas pela requerida ao autor. Pede seja a requerida condenada a se abster de efetuar cobranças da referida dívida, a qual também pede seja declarada quitada e seja a requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais de 20 salários mínimos.

Concedidos os benefícios da Gratuidade da Justiça (fls. 34/35).

Citada (fls. 38), a requerida apresentou contestação (fls. 39/50), preliminarmente, impugnando a concessão da Gratuidade da Justiça ao autor. Quanto ao mérito, impugnou o documento de fls. 15, alegando que o pagamento ali realizado beneficiou empresa estranha que não possui qualquer relação com a requerida, não se referindo ao acordo entabulado entre as partes. Argumenta que o débito ainda existe, no valor de R\$ 671,44. Impugnou o pedido de danos morais. Por fim, pediu a improcedência da ação.

Réplica nas fls. 111/120 com documentos, seguindo-se manifestação da ré nas fls. 126/127.

É o relatório.

FUNDAMENTO E



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO

1 – Rejeito a impugnação à concessão de justiça gratuita ao autor, na medida em que alegações vagas e imprecisas feitas pela impugnante são insuficientes para afastar a presunção de pobreza que decorre da declaração de fls. 10.

Ademais, ao contrário do que argumentou a impugnante, o autor juntou aos autos a sua carteira profissional (fls. 11/12), na qual se verifica uma remuneração mensal de R\$ 1.500,00, circunstância que não parece contrastar com a afirmação de pobreza, para fins legais.

2 – Passa-se ao mérito, sendo caso de julgamento antecipado.

Nos termos da petição inicial, embora o autor tivesse quitado a dívida decorrente de acordo extrajudicial celebrado com a requerida, passou a receber cobranças insistentes por diversos meios como mensagens via celular e telefonemas, causando-lhe constrangimento e incômodos.

A requerida, por sua vez, insiste que o débito ainda está em aberto impugnando o pagamento expresso no documento de fls. 17.

A ação é improcedente.

De início, chamam a atenção os próprios termos da petição inicial que admite ter o autor celebrado contrato com a requerida para a quitação de uma dívida no valor de R\$ 500,00.

Verifica-se, então, que o próprio autor juntou aos autos o documento de fls. 16, no qual se verifica a confirmação do acordo de nº 2160403, referente ao contrato 2859623, por meio do qual é negociado entre as partes o pagamento de um débito no valor de R\$652,92, decorrente de dívida de cartão de crédito da Caixa Econômica Federal, adquirida por cessão pela requerida. Do documento citado, ainda se infere que o valor a ser pago, com desconto, é de R\$ 500,00, com vencimento em 12.03.2018.

O próprio autor, ainda, juntou aos autos o boleto de fls. 14, relativo ao acordo supra referido.

O autor, contudo, alegou a quitação do referido débito, juntando aos autos os documentos de fls. 14/15, no quais se verifica um pagamento no valor de R\$ 620,32, em favor de empresa estranha aos autos (Renova Companhia de Securitizadora de Créditos Financeiros S/A), realizado em 24.01.2017.

Todavia, em face da documentação existente nos autos, não é possível correlacionar o pagamento de fls. 14/15, com o débito cobrado pela requerida, notadamente porque, como se frisou, o próprio autor admitiu o acordo feito com a requerida, conforme os termos do documento de fls. 16.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De observar-se, ainda, que, de acordo com o documento de fls. 102, o autor possui diversos débitos com a Caixa Econômica Federal, não se podendo presumir a cobrança em duplicidade.

Diante disso, não há que se falar em quitação do débito e consequentemente são improcedentes os pedidos.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono adverso, ora fixados em 15% sobre o valor da causa, observada a gratuidade processual.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**